

ANDES-SN apresenta **contraproposta de acordo emergencial** ao governo federal

Objetivo é fazer avançar as negociações e garantir que algumas reivindicações sejam contempladas desde já

Dada a urgência em definir pontos de possível consenso para fazer avançar as negociações com o governo, o 56º Conad aprovou apresentar formalmente uma contraproposta de acordo emergencial, extensiva a todos os docentes federais.

Na última reunião com o Ministério do Planejamento (MP) para discutir a pauta específica dos docentes das Instituições Federais de Ensino, em 11/7, ficou clara a necessidade de antecipar alguns elementos da pauta de reivindicações, a fim de garantir avanços imediatos.

“Vamos avaliar o espaço de consenso

possível, porque temos um curto espaço de tempo, já que o projeto de lei do Orçamento 2012 tem que ser fechado até 31 de agosto e o debate sobre carreira pode ser mais longo. Depois nós poderemos continuar discutindo o assunto, mas se queremos alguma coisa para 2012 teremos apenas este prazo. O que tiver consenso, a gente resolve já”, apontou Duvanier Paiva, secretário de Relações Sindicais do MP, durante o encontro.

A contraproposta apresentada pelo ANDES-SN está articulada com um dos sete eixos presentes na pauta geral dos servidores públicos federais que reivin-

dica “Política Salarial permanente, com reposição inflacionária, valorização do salário base e incorporação das gratificações”, e sinaliza a negociação em torno do conteúdo apresentado abaixo. (Ver quadro)

O documento enviado ao MP e ao Ministério da Educação (MEC/Sesu) destaca também “a necessidade de manter em aberto o debate a respeito dos demais itens da pauta apresentada pelo ANDES-SN, e de intensificar o processo de negociações sobre a reestruturação da carreira docente como um todo”.

Incorporar as gratificações ao vencimento de forma a garantir remuneração integral e uniforme do trabalho prestado pelo professor de mesmo nível da carreira, mesmo regime e mesma titulação;

Piso remuneratório de R\$2.196,74 (valor do salário mínimo calculado pelo DIEESE para 1º de janeiro de 2011) para docente graduado, em regime de trabalho semanal de 20h, na posição inicial na carreira;

Interstício de 5% entre os níveis da carreira;

Relação entre os regimes de trabalho que importe em acréscimo de 100% para o regime de trabalho de 40h, e de 210% para o regime de Dedicção Exclusiva, tendo como referência o regime de trabalho de 20h, integrando a remuneração unificada;

Acréscimos relativos à titulação de 75% para Doutorado/Livre Docente, 37,5% para Mestrado, 18% para especialização, 7,5% para aperfeiçoamento, integrando a remuneração unificada;

Paridade e integralidade para os aposentados, reposicionamento de forma a resguardar a posição do docente em relação ao topo da carreira na data da aposentadoria e garantia dos direitos decorrentes da aplicação do artigo 192, da Lei 8.112/90 (RJU) aos docentes que se aposentaram até 1997 e seus pensionistas.

Dinheiro existe, **mas não** para os servidores

Menos de um mês de gastos com a dívida seria suficiente para repor as perdas de todos os SPF

Enquanto o Ministério do Planejamento (MP) alega que não há fundos para o reajuste reivindicado pelos servidores públicos federais (SPF), Maria Lúcia Fatorelli, auditora fiscal da receita federal e coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida, denuncia: “O Brasil hoje está a serviço da dívida. Enquanto para nós não tem recursos. Em 2010, a dívida consumiu 45% dos recursos públicos”.

Segundo Fatorelli, o montante de R\$ 40 bilhões, apontado pelo governo como total necessário para contemplar tanto as reivindicações gerais dos servidores públicos federais quanto as específicas de cada categoria, representa menos do que é gasto em vinte e três dias com o pagamento da dívida pública.

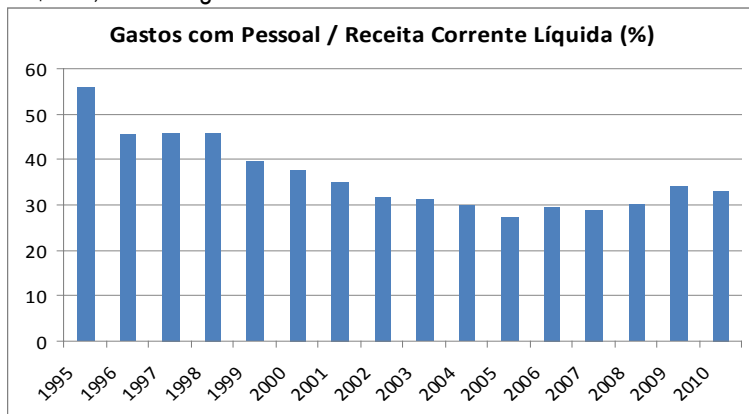
Os dados são do estudo elaborado pela

Auditoria Cidadã da Dívida para a Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais (Cnesf), que aponta ainda que, em 2010, o governo destinou R\$ 635 bilhões para pagar a dívida pública, quatro vezes mais que os R\$ 166,6 bilhões gastos

com os servidores. Vale destacar que parte desta dívida é ilegal ou ilegítima, conforme demonstrado no relatório paralelo da Comissão Parlamentar para auditoria da dívida.

Além disso, o

próprio governo tem divulgado que há “excesso” de arrecadação em todos os meses de 2011, com ingresso de receitas adicionais, para as quais ainda não há previsão de gastos.



Fonte: Auditoria Cidadã da Dívida

Corrosão do salário docente **chega a quase 40%** nos últimos 15 anos

Um levantamento feito pelo Dieese para o ANDES-SN mostra que, desde 1995, os professores vêm amargando perdas no poder de compra que chegam a quase 40% em alguns níveis da carreira.

O cálculo compara os reajustes salariais nos períodos 1995 – 2002; 2003 - jun/2011 e 1995 – jun/2011 em contrapartida com a inflação acumulada no mesmo intervalo, apurando se houve perda, nesse caso com reajuste abaixo da inflação, ou ganhos, com aumento acima do índice inflacionário.

Nos últimos 15 anos, quase toda a categoria (independente de classe, titulação e regime de trabalho) registrou esmagadora diminuição nos seus rendimentos. Só para se ter uma ideia, os professores titulares em regime de 40 horas tiveram perdas que variam de 20,46% (titular com doutorado) a 34,6% (para aqueles com graduação), usando como referên-

cia o índice de inflação do ICV-Dieese.

Para os docentes em regime de Dedicção Exclusiva (DE) a situação é muito semelhante. Tomando como base os professores adjuntos, os reajustes que seriam necessários para recompor o poder de compra variam entre 66,29% (para graduados) e 15,46% (para doutores).

Limitando o período de análise apenas aos dois mandatos de Lula, é possível constatar que as perdas foram menores. Porém, se faz evidente uma grande diferenciação interna. Num extremo, o professor titular doutor que, além da reposição da inflação, registrou ganho real, centrado em gratificações, de 31,5%. No outro, o professor adjunto DE com aperfeiçoamento, que, nesses 8 anos, teve uma corrosão de 5,07% em seu poder aquisitivo.

56º Conad aprovou mobilizar a base indicando para a categoria a necessidade da construção da greve

Proposta do governo aumenta as distorções Novo plano congela salário de boa parte dos docentes ativos e aposentados

A relação entre a remuneração do docente com a estrutura da carreira vem diminuindo. Cada vez mais, a composição do salário se configura no contracheque sob a forma de gratificações.

Na nova proposta do governo, o vencimento base (VB), única parcela que acompanha o desenvolvimento na carreira e é seguramente incorporada ao patrimônio salarial, passa a ser ainda mais minguado.

Por exemplo, o VB do professor titular doutor representa apenas 25,16% da remuneração final de R\$ 14.175,54.

Esta prática se opõe à reivindicação do ANDES-SN de uma só linha no contracheque, com a incorporação das gratificações, o que garantiria remuneração integral e uniforme.

Além de aumentar as distorções internas nos níveis salariais, com a criação inclusive de uma nova classe (sênior), que não poderá ser alcançada a curto prazo, o plano apresentado pelo governo ainda mantém estacionada a remuneração de boa parte dos docentes, incluindo os aposentados.

Proposta do governo para docentes com DE					
SIT. ATUAL		PL GOVERNO		Doutorado	
Tit	U	Tit	U	Atual (VB+RT+G)	GOV (VB+RT+G)
				11.755,05	14.175,54
		Sênior	4		13.670,39
			3		13.459,48
			2		13.019,99
			1		12.298,38
Ass	4	Ass	4	11.424,45	11.424,45
	3		3	11.089,65	11.089,65
	2		2	10.877,97	10.877,97
	1		1	10.703,55	10.703,55
Adj	4	D3	4	7.913,30	7.913,30
	3		3	7.714,90	7.714,90
	2		2	7.521,23	7.521,23
	1		1	7.333,67	7.333,67
Assi	4	D2	4	7.115,90	7.115,90
	3		3	6.966,40	6.966,40
	2		2	6.820,23	6.820,23
	1		1	6.677,28	6.677,28
Aux	4	D1	4	6.483,09	6.483,09
	3		3	6.347,94	6.347,94
	2		2	6.225,14	6.225,14
	1		1	6.105,38	6.105,38

EXPEDIENTE

O Informandes é uma publicação do ANDES-SN

site: www.andes.org.br e-mail: imprensa@andes.org.br twitter: @andessn

Diretor responsável: Luiz Henrique Schuch Redação, Edição e Diagramação: Renata Maffezoli